

OU FALAMOS AGORA OU CALAM(O)-NOS PARA SEMPRE

Marisa Lajolo Professora Titular de Teoria Literária na Unicamp
Membro da Comissão do ENC de Letras para o período 1997-1999

Instituído por lei em 1996¹ e implementado pelo MEC em 1997, o Exame Nacional de Cursos (ENC), o provão foi inicialmente muito mal recebido pela comunidade universitária . A partir de 1998, no entanto, ele singrou mares mais tranqüilos. Mas aparentemente, a bonança tem feição mais de indiferença e de apatia do que de assimilação pela universidade do projeto de avaliação universitária do qual o ENC é parte.

A suspeita é ruim: sem comprometimento e parceria da universidade, o objetivo maior do exame que é o estabelecimento de um diagnóstico essencial à melhoria do ensino fica comprometido . No caso particular das universidades públicas, a geral desatenção a aspectos propriamente acadêmicos do ENC restringe o papel que ela (a universidade pública), poderia desempenhar nas discussões em curso sobre modelos de ensino superior, reformatado e reformatando-se a partir da nova LDB .

Nesse contexto de desencontros, o caso do curso de Letras, um dos cursos avaliados pela primeira vez em 1998 pode ser sugestivo.

Os números relativos ao curso e às provas são os seguintes²

	Nº. de cursos	Inscritos no ENC (= formandos)	Vagas de vestibular
998	369	16.797	37.817
999	382 (*)	18.403	
000		22.400	

(*) 13 cursos a mais em 1999

Debulhando um pouco os 383 cursos inscritos em 1999 , temos o seguinte quadro:

Nat. Instituição	Número de cursos
Privada	207
Estadual	81
Federal	61
Municipal	33
TOTAL	382

Outros números reforçam que o curso de letras é um dos mais numerosos e populosos do país³, como se vê pela comparação entre formandos de Letras e formandos de outros cursos superiores.

Área	Formandos 2000
Direito	47.200
Administração	46.000
Letras	22.400
Matemática	11.500
Biologia	11.100
Economia	9.800
Psicologia	9.300
Jornalismo	5.800
Química	3.800
Física	1.700

É, portanto, a este universo de números que atingem cifras bem altas, que se aplicam os resultados dos ENC que, nas duas vezes em que foi aplicado, diagnostica uma área muito fraca:

CONCEITO	1998	1999	
A	44	46	+2
B	65	69	+4
C	147	152	+5
D	65	69	+4
E	43	44	+1
S/C	5	2	-3

História triste, cenário pobre.

Os detalhes do enredo ficam por conta de um refinamento de análise quantitativa que não sei fazer, mas que é preciso urgentemente achar quem saiba.

Visto pelo lado de fora, o curso de Letras não oferece a seus egressos recompensa financeira no mercado profissional nem tampouco (conseqüentemente?) o prestígio ligado a saberes e carreiras socialmente valorizadas. E vista do lado de dentro, a pobreza de sua paisagem pode relacionar-se ao fato de ele ser um curso que herda e mantém, com imobilidade e apatia, sua formatação de origem.

Criados nos anos trinta, quando para cá se transplanta um modelo universitário francês, os cursos de letras quase não alteraram a matriz novecentista que veio na bagagem da missão importada por São Paulo para montar sua universidade. O fato de nesses primórdios a literatura brasileira estar ausente do currículo só acentua o extremado eurocentrismo do modelo fundador. Até hoje, as literaturas nacionais (agora já incluindo a brasileira) são estudadas cronologicamente, com ênfase nos considerados grandes autores,

e as línguas estrangeiras são estudadas com muito menor eficiência do que o são em cursos de língua não universitários.

Com isso, a atualidade dos cursos de Letras esgarça-se na permanência da herança bacharelesca de sua formação, que parece datar do tempo em que o cultivo das letras (como então se dizia), apanágio dos bem nascidos, era timbre de bom gosto ao invés de profissão.

Em sintonia com esta situação, o alunado das letras - salvo as exceções de sempre -, além da proclamada pouca densidade crítica, o que quer que isto signifique- costuma ser portador de expectativas muitas vezes em desacordo com as expectativas que lhes são atribuídas por quem que lhes compõe currículos, produz ementas, estabelece bibliografias.

Em virtude de lei de 1962, ao que já se ensinava , somou-se o conteúdo das novas disciplinas, Lingüística e de Teoria Literária TL não é obrigatória , sem que nenhum esforço de interdisciplinaridade as transformasse em espaço de articulação do que estudavam outras disciplinas. É só na pós graduação - cuja implantação, nos anos setenta, é quase simultânea do prestígio crescente da Lingüística e da Teoria Literária - que se dá a reformatação dos estudos da linguagem.

Esta reformatação, no entanto, nos mais ou menos trinta anos de pós graduação na área teve pouquíssima - para não dizer nenhuma- repercussão na graduação, em cuja grade curricular Lingüística e Teoria Literária ocupam, cada uma, um espaço minúsculo. Ainda se poderia dizer que, mesmo na pós graduação e - salvo as honrosas exceções de sempre- nem a Lingüística nem a Teoria Literária rompem seu recorte institucional de disciplinas estanques. Imobilizam-se sem que nenhuma delas se mexa para interagir com a outra, no que poderia ser uma iniciativa epistemologicamente muito recomendável , num tempo em que até a propósito do ensino fundamental e médio se fala em interdisciplinaridade e em transdisciplinaridade.

Talvez por isso, na maioria dos cursos de Letras, a distinção entre graduação e pós graduação acabe constituindo muito mais uma distinção epistemológica do que uma distinção de nível de estudo.

Reforça este retrato de nau sem rumo a perda crescente de nitidez semântica da expressão letras e de seus cognatos. Aliás, a ouvirmos nossos colegas que trabalham com aquisição de leitura e de escrita *letrado* é o sujeito que, com sucesso, participou de um projeto de letramento. O nome da associação nacional da área (ANPOLL), por exemplo, mantém em sua designação, a divisão da identidade entre Letras e Lingüística e de forma simétrica, cada uma das grandes associações acadêmicas na área recobre um dos dois *eles* da Anpoll : há uma Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) abralic é só literatura e uma Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN).

O resultado é uma situação bizarra : as áreas de pesquisa que melhor se expressam na pós graduação não têm expressão na graduação. Tampouco têm expressividade curricular as áreas de que se ocupam os vários GTs da Anpoll As ementas e bibliografias enviadas ao MEC como subsídio para estabelecimento do perfil desejável para o egresso do curso de letras confirmam esta curiosa situação na qual as antigas disciplinas de *Literatura Brasileira* e *Literatura Portuguesa* - estas sim, presentes no cardápio servido de norte a sul do país- não têm expressão em GTs da Anpoll .

A precariedade do curso de Letras se transcreve ainda na timidez de sua inserção nos setores culturalmente produtivos da contemporaneidade. A preparação dos

profissionais do livro, da leitura e das variadas linguagens do mundo contemporâneo, dos especialistas em distúrbios da fala, de redatores & similares se faz, na maior parte das vezes, em cursos que não de Letras, restando a estes a formação de professores, aliás em vias de ser transferida para os Institutos Superiores de Educação só fundamental.

Agravando o quadro, o curso de Letras forma professores por um figurino antigo, que não contempla, por exemplo, nem o que de mais recente se pesquisa e se conhece sobre aquisição e desenvolvimento de linguagem, nem o que se discute, por exemplo, sobre cânon e gênero questões em curso na academia brasileira são de origem estrangeira no que respeita aos estudos literários, nem tampouco o que preconizam os parâmetros curriculares devem ser parâmetros e deve dizer que são confusos ????

Repetindo o figurino das questões de 1998, todas estas deficiências se materializam na parte de Literatura do ENC do ano passado⁴: ali, quase todas as questões de literatura propostas, reproduzem, no geral, a falta de sintonia da área com a contemporaneidade, bem como a baixa qualidade da produção da área, sobretudo na graduação.

Se o ENC é o emblema, quem sabe a esquina do terceiro milênio não é um bom momento uma reflexão crítica sobre tudo isso?

Várias (quase todas, na realidade) questões de literatura do último ENC da área de Letras, por exemplo, são muito discutíveis por pedirem aos alunos mera reprodução dos juízos críticos de quem compartilha quem formula a questão, manifestando visão monolítica e imanentista dos estudos literários. Tanto na formulação das questões, quanto na redação das alternativas oferecidas, quanto ainda na justificativa da alternativa correta, a maior parte das vinte questões de literatura do ENC/1999 cristaliza o que de pior existe na tradição do ensino de literatura.

Exemplifico com a primeira questão de literatura, a de número 21:

A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele adentro...

Tomadas como uma chave interpretativa de Grande Sertão: veredas, de Guimarães Rosa, essas frases nos levariam a reconhecer que

(A) o poder de descrição das paisagens e dos seres é tal que cada mínimo detalhe ganha valor em si mesmo, independente da significação das ações narradas.

(B) as experiências vividas por Riobaldo foram cruciais, permitindo mesmo que ele viesse a transcendê-las, nelas representando suas mais fundas questões morais.

(C) a importância do mítico e do simbólico sobrepõe-se à dos fatos narrados, já que estes têm por base um universo cultural que em si mesmo pouco tem de revelador.

(D) o autor investiu contra a tradição da literatura regionalista, fazendo de Riobaldo uma personagem universal, com pálidos reflexos do meio e da cultura de origem.

(E) a análise do universo psicológico dos jagunços e sertanejos é o ponto de chegada, sendo a sucessão dos episódios um dos caminhos para atingi-lo.

O que já na abertura da questão incomoda é a utilização das expressões *chaves interpretativas* e *reconhecimento*. Através delas a prova postula a existência de chaves interpretativas para textos literários, chaves estas que (supõe-se) conduzem ao

reconhecimento de um determinado significado, por hipótese correto, em oposição a outros significados, estes incorretos. Nas entrelinhas fica a noção de que o *significado* é *objeto de reconhecimento* e não de *construção*. Não é preciso estender a análise para dizer que tal postura descarta tudo o que se vem discutindo relativamente ao caráter dialógico e interativo da constituição dos significados, inclusive dos significados *em* e *da* literatura.

Também não há espaço aqui para prolongar a análise por outros aspectos bastantes problemáticos desta e de outras questões, mas, à guisa de mera sugestão para reflexões futuras, pode ser interessante analisar a redação das diferentes alternativas propostas.

Considerando-se que a alternativa considerada correta pela banca examinadora é a alternativa B, vale a pena levantar a hipótese de que a incidência alta e estatisticamente bastante próxima das alternativas B, D e E talvez se deva ao fato de que as três são redigidas num estilo que, por palavroso e inconsútil, do estilo (infelizmente) corrente em textos de circulação abonada na área.

Como exercício intelectual e pedagógico, fica, por exemplo, o desafio de identificarmos procedimentos analíticos, através dos quais os juízos críticos constantes das alternativas *incorretas* se tornem *corretos*. Ou seja: é sempre possível construir *chaves interpretativas* que, obscurecendo sua natureza de constructos, dêem aos significados que elas constroem, a aparência de naturalidade que permite que se fale de tais significados como *reconhecidos* e não como *construídos*.

Alternativa	Percentagens de escolha da alternativa
(A) o poder de descrição das paisagens e dos seres é tal que cada mínimo detalhe ganha valor em si mesmo, independente da significação das ações narradas	17.8 %
(B) as experiências vividas por Riobaldo foram cruciais, permitindo mesmo que ele viesse a transcendê-las, nelas representando suas mais fundas questões morais.	25.3%
(C) a importância do mítico e do simbólico sobrepõe-se à dos fatos narrados, já que estes têm por base um universo cultural que em si mesmo pouco tem de revelador	10.3 %
(D) o autor investiu contra a tradição da literatura regionalista, fazendo de Riobaldo uma personagem universal, com pálidos reflexos do meio e da cultura de origem.	21.2%
(E) a análise do universo psicológico dos jagunços e sertanejos é o ponto de chegada, sendo a sucessão dos episódios um dos caminhos para atingi-lo.	24.8 %

As questões de literatura das duas provas do ENC de Letras falham, paradoxalmente, por aderirem demais ao modo de ser da área, no que esta tem de

equivocado, ao invés de dialogar criticamente com ela . O caso é que o ENC acaba referendando um determinado modelo de curso .

E, a julgar pelas questões de literatura, este modelo é muito ruim.

E por ser tão ruim, ele não só não mede qualidade de nada que deva ser medido mas, pior ainda, erige-se em modelo - repito, modelo ruim - do que deve ser ensinado, de como deve ser ensinado o que deve ser ensinado, do que deve ser aprendido e de como deve ser aprendido o que deve ser aprendido.

A falta de discussão do ENC pelos canais competentes - professores de Letras, egressos, mercado de trabalho- tem algumas explicações mas não muitas justificativas.

As instituições do ensino superior público brasileiro (no caso das Letras, menos da metade do total de cursos existentes) são figurantes de um sistema educacional em crise.

Satanizadas pela mídia e estigmatizadas por medidas e discursos emanados dos órgãos centrais da educação superior, elas giram ao redor de si mesmas, num rodopio trágico de autofagia: é às vezes difícil ver clareza nas propostas que fazem, sendo muitas vezes inadequados dos meios de que lançam mão para fazerem-se ouvir, é muito frágil o reconhecimento, pela população, da legitimidade política de sua voz.

Mas talvez seja exatamente por tudo isso, isto é, porque o contexto é adverso que cresce a responsabilidade das lideranças da área e de suas associações, que não podem calar-se. Elas precisam encontrar - e é urgente que o façam- lugares de fala e tons de voz mais eficientes .

Podemos, por exemplo, e talvez devamos, por estratégia, transformar o ENC em assunto em discussões amplas e profundas, que envolvam corpo docente e discente, de todas as modalidades da Letras, a propósito das mais variadas disciplinas, na sala de aula e fora dela.

É preciso e é possível discutir o *ENC* de letras em congressos e publicações , debater seus pressupostos, bibliografia, questões e resultados. Podemos e devemos esperar que, nas associações profissionais - a começar pela Anpoll, a mais ampla delas- se criem instâncias que construam as categorias necessárias para uma discussão rigorosa, sistemática e comprometida com resultados , dos currículo de letras, dos mecanismos possíveis de avaliação , das leituras básicas , da bibliografia recomendada , em uma palavra, do ensino na nossa área.

Pois, se por dever do ofício, temos obrigação de saber que a linguagem não tem lado de fora, por dever político temos obrigação de saber que estamos todos do lado de dentro de uma crise brava e que ou tomamos a palavra agora, ou calam(o) -nos para sempre .

NOTAS

¹ A LDB (lei 9394/96) trata disso.

² Os dados foram extraídos das seguintes fontes: I Números da Educação no Brasil. (Brasília: MEC/INEP, agosto de 99); Provão (Exame Nacional de Cursos) Relatório Síntese 1999. Brasília. MEC/INEP.1999. Revista do Provão. Brasília 2000. número 05

³ Segundo o folheto Números da Educação no Brasil. (Brasília: MEC/INEP, agosto de 99), a área de Sociais/ Humanas / Artes representa 65.0 % do total de matrículas no ensino superior brasileiro .

⁴ Em todas as instâncias possíveis, as questões forem objeto de análise crítica da Comissão assessora que pediu, inclusive a anulação de várias questões.